

Memória e Poder: um estudo de caso

PEDRO PAULO ABREU FUNARI
Unicamp – (São Paulo)

CLAUDIO UMPIERRE CARLAN
Unifal – (MG)

Resumo

Este artigo visa a apresentar, por meio de um estudo de caso numismático, uma discussão das relações entre memória e poder. Inicia-se com ponderações sobre memória e poder para, em seguida, centrarmo-nos nas moedas do Império Romano tardio no Ocidente. Concluímos com algumas considerações sobre a relevância da documentação numismática para uma compreensão mais ampla das representações da memória e suas implicações para as relações de poder.

Palavras-chave

Memória, poder, numismática, Império Romano tardio.

Abstract

The paper aims at discussing memory and power through a case study relating to numismatics during the late Roman imperial period. It starts with theoretical overview about memory and power to turn then to the study of late western Roman coins. It concludes with general remarks about the role of numismatics for the understanding of memory and power during Roman times.

Key words

Memory, power, numismatics, late Roman Empire.

Introdução

Este artigo visa a apresentar, por meio de um estudo de caso numismático, uma discussão das relações entre memória e poder. Inicia-se com ponderações sobre memória e poder para, em seguida, centrarmo-nos nas moedas do Império Romano tardio no Ocidente. Concluímos com algumas considerações sobre a relevância da documentação numismática para uma compreensão mais ampla das representações da memória e suas implicações para as relações de poder.

Memória e relações de poder

A memória é um daqueles temas que parecem poder demais conhecidos para que, muitas vezes, tenhamos claro do que se trata. Quem não se pensará na lembrança de algo: de um aniversário, de uma partida de futebol ou mesmo de um simples beijo. Há, portanto e de imediato, dois aspectos que se apresentam como corriqueiros: o caráter individual da memória e sua capacidade de nos transpor no tempo e no espaço, para reviver uma experiência, como ela propriamente aconteceu (*wie es eigentlich gewesen*, na expressão consagrada de Leopold Von Ranke e comentada em Funari 2003). Neste sentido, pode dizer-se que a memória só existe para um indivíduo, não para uma coletividade, pois quem se lembra é sempre uma única pessoa e apenas por metáfora nós podemos propor que um agrupamento humano tem memória. Um país não pode recordar em sua memória a independência, só um indivíduo pode lembrar-se da sua emancipação aos 18 anos de idade. Neste aspecto, psicológico e literal, a memória é individual. O segundo aspecto, referente à transposição no tempo e no espaço, está bem consubstanciado na expressão corriqueira para designar a lembrança na memória: “lembro como se fosse ontem”. Parece mesmo que revivemos, por um instante, aquele acontecimento, em sua exatidão e características únicas. Quem já não disse: “tenho certeza foi isso que aconteceu”!

Contudo, ambos os aspectos da memória são enganosos, a começar pela fidelidade da memória individual. Se tomarmos como parâmetro nossa experiência pessoal, logo entenderemos os limites da rememoração. Se anotássemos em um diário nossas experiências quotidianas, poderíamos comparar as anotações que faríamos sobre um mesmo evento, com o passar do tempo: a emancipação dos dezoito anos, por exemplo. Se comparássemos as anotações do próprio dia do aniversário de dezoito anos com as anotações das recordações aos 28, 38, 48, 58, 68 e 78 anos de idade, notaríamos que pouco sobraria de unidade entre os sete relatos. Isto significa que a memória, mesmo individual, só existe no presente, ela não é uma transposição no tempo e no espaço, senão uma recriação de outro tempo e outro espaço, sempre *hic et nunc*, aqui e agora (Thompson, Madigan 2005: 25-49).

Em seguida, mas não menos relevante, a lembrança individual não pode existir no âmbito apenas e tão somente do indivíduo, ela é, *ab initio*, produto da interação coletiva. Isso pode parecer em contradição com o fato que a memória só pode ser de um indivíduo, não existe senão na cabeça de um ser humano – e de fato é assim, só o ser humano é caracterizado pela memória que pode ser transmitida para os seus semelhantes pela linguagem. Mas, na verdade, o ser humano, já o dizia Aristóteles, no século IV a.C., é um animal social (*zoon politikon*, Política 1253a1-15). Animal como os outros, com lembra Heidegger (1949:13):

We must be clear that human beings in the final analysis are enclosed in the sphere of animal being (*animalitas*), even if he is not equated with beasts, but is given a specific difference. In principle one must always think of the *homo animalis*...this positioning is a kind of metaphysics.

Devemos ser claros que os seres humanos, no final das contas, estão enclausurados em sua animalidade, mesmo que não sejam iguais a feras, mas com uma diferença específica. Em princípio, devemos pensar no *homo animalis*...essa posição é um tipo de metafísica.

Um animal gregário (*ton angelaion*, para usar o termo empregado pelo mesmo Aristóteles na sua *História dos Animais*) de um tipo muito particular de vida coletiva: a *polis*, que poderíamos traduzir como vida em sociedade. Essa experiência coletiva não pode ser separada do ser humano, da sua animalidade, pois é esse contato com os semelhantes que define sua vivência: não existe ser humano fora da coletividade, da linguagem que dela decorre. A memória não escapa desta circunstância de fundo. Se voltarmos à recordação do aniversário de dezoito anos, essa memória será o resultado da interação da pessoa com as outras, tanto no momento, quanto, mais ainda, das narrativas sobre o evento, que se juntam, em mesclas variadas e contraditórias, na recriação, a cada momento, da memória. O que as pessoas disseram, em múltiplas ocasiões, formam novas memórias individuais, já elas coletivas, na medida em que resultam dessa interação social (Olick, Vinitzky-Seroussi, Levy 2011). A memória, portanto, é sempre uma criação fluida, individual e coletiva, do presente sobre o passado. Esse passado não é algo objetivo, uma realidade externa e intacta, mas o resultado inevitável de diferentes subjetividades e interpretações (Funari, Zarankin, Salerno, 2009). Isso fica claro em casos como os referentes a fenômenos religiosos ou espirituais, como a memória de uma aparição de um santo ou espírito, ou em situações de curas e milagres (Chevitarese 2011).

Dessa memória individual é possível passarmos para a metáfora da memória coletiva, de grupos humanos. Esta pode ser entendida em seu próprio contexto: a sociedade, um agrupamento humano heterogêneo, com grande variedade cultural, econômica, política, com conflitos internos, em constante mutação e fluidez (Funari e Pelegrini 2008). Inventam-se memórias, tradições, passados, para voltarmos à expressão feliz de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). Invenção no sentido original do termo latino, *inuenio*, tanto invento, quanto encontro, pois não se pode encontrar nada sem inventar, sem a subjetividade (Shanks e Tilley 1997). Essa invenção liga-se aos interesses e, *eo ipso*, às relações de poder no interior da sociedade.

O poder não é apenas a relação de forças entre os segmentos sociais – como dominantes e dominados, senhores e servos, ou mesmo homens e mulheres (Contu, Willmott 2003) – mas, também, no cotidiano das relações interpessoais, na forma de micro-poderes (Jessop 2007). Essas relações fundam-se, também, na manipulação das

memórias, na construção de imagens, de modo a conformar usos do passado a serviço do presente (Silva 2006). Neste artigo, trataremos de representações numismáticas em torno das relações de poder e da memória, a partir de um estudo de caso.

Moeda, Representação e Memória.

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados na Roma Antiga. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm. Com frequência, o tipo monetário de reverso mostra determinada representação. Ainda que o seu significado, indicado pela legenda que acompanha e pelo tipo do anverso, possa aparecer como uma interpretação original em relação ao modelo, muitas vezes tipos monetários e modelo têm o mesmo sentido. Por isso os dois lados de uma moeda devem sempre ser observado com muita atenção, de modo a iluminar a complexidade do tema.

Os contemporâneos dificilmente poderiam ligar a moeda, ou as representações antigas, como um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o da riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

De uma maneira geral, o estudo das amoedações, na Antigüidade, se divide em dois estágios: teórico que analisa os fundamentos da ciência, como a nomenclatura, as bases de classificação e outras generalidades (CLAIN – STEFANELLI: 1984, 121); e histórico e descritivo, que identifica o papel da moeda nas diferentes civilizações do mundo, descrevendo e classificando as mais complexas emissões monetárias (GRIERSON: 1979, 35). O semiótico italiano Umberto Eco em sua obra *Tratado Geral de Semiótica*, explica que é na própria estrutura do código que a semiótica propõe o problema do estudo da configuração sintática do código como nascente de uma informação sígnica (ECO: 1980, 194). Esses conjuntos de objetos, no caso as moedas e seus símbolos, produzidos pela ação do homem e mediante ordem de alguém, *o emissor*, devem ser entendidos pelo destinatário, *o receptor*, como uma expressão de um dado conteúdo. Isso pode-se dar por uma correlação anteriormente codificada, em outras peças chamadas de *variantes*, ou por causa de uma possível correlação diretamente por parte deste *receptor*.

Tal relação *emissor / receptor* é bem identificada nas cunhagens realizadas durante o início do século IV. Diocleciano, Galério, Constâncio Cloro, Maximiano, Severo Augusto e Maximino Daia cunharam moedas com tipos semelhantes: GENIO AVGVSTI, GENIO POPVLI ROMANI, VIRTVTI EXERCITVS, CONCORDIA MILITVM, SAC MON VRB AVGG ET CAESS NN, VOT XX, entre outras. Defendiam a salvação do império num retorno ao passado e a suas divindades, impondo tal ideologia por meio de um veículo propagandístico com o qual toda a população teria contato: a própria moeda. Esses signos externos correspondentes a tais hierarquias, eram utilizados para diferenciar um governante de outro. Recordemos que uma simples faixa de tecido ao redor da cabeça era o emblema que distinguia os generais de Alexandre, que repartiram seu domínios e governaram como verdadeiros déspotas.

Donis Dondis afirma que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. E, dentre eles, apenas o visual pode ser mantido, em qualquer circunstância prática:

(...)isso é tão verdadeiro como tem sido ao longo da história. Na Idade Média e no Renascimento, o artista servia à Igreja como propagandista...O comunicador visual tem servido ao imperador e ao comissário do povo...a comunicação pictórica dirigida aos grupos de baixo índice de alfabetização, se pretende ser eficaz, deve ser simples e realista(...) (DONDIS: 1997, 184)

Ao possuidor romano de uma determinada espécie monetária estranha, esse objeto falava-lhe pelo metal, nobre ou não, em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o sobre a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhe algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, a respeito da ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo aos monarcas.

Em suas cunhagens, Diocleciano rompe com a simbologia anterior, constituindo um novo tipo dominante, GENIVS POPVLI ROMANI. A legenda e a imagem presentes na moeda permitem identificar a força sobrenatural que garantia a unidade do Império, ou seja, o *genius*, duplê espiritual de todo ser vivo, ou assimilado a um corpo vivo, como gênio de um povo ou cidade. Representa o povo romano em sua essência, e seu emprego nas moedas evidencia a tentativa de Diocleciano em tornar público o renascimento do Império (SILVA, MENDES: 2006, 196). Realiza-se, assim, por meio de um meio circulante, o elo emissor / receptor, onde toda a população do vasto mundo romano tomaria conhecimento

das reformas realizadas, e o surgimento de um “novo” governo, inspirado no Principado de Otávio Augusto.

Podemos identificar essa relação, governante / governado, nas representações abaixo:



Figura 1: Moeda de Bronze de Maxêncio, acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto: Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2005.

Nessa cunhagem de Maxêncio, um *aes*, moeda de pequeno valor comercial (semelhante a nossa de 10 centavos), uma das amoedações mais antigas de Roma, cunhadas desde os primeiros anos da República, para pagamento dos legionários. Identificamos o nome e título imperial MAXENTIVS PF AVG.. Por ser de um metal não nobre, pequeno valor comercial, sua circulação foi maior que os outros modelos analisados. Assim, seus campos monetários estão gastos e sua formação é mais ovalar (mal recortado no anverso / cara). No reverso, ou coroa, templo de seis colunas em honra a deusa Juno, protetora da família. Nesse período, Rômulo, filho de Maxêncio, havia falecido ainda criança. Em sua memória, o então imperador, cunhou em série de moedas que enfatizavam esse acontecimento. Cunhada na segunda casa monetária de Roma, exergo RS, no ano de 308. Diâmetro de 1,97mm, peso 2,32 g, eixo ou alto reverso 6 horas.



Figura 2: Moeda de bronze, do Imperador Diocleciano, acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan, agosto de março de 2006.

No anverso, busto nu de Diocleciano, IMP DIOCLETIANVS PF (Pater Felix) AVG, diademado. O diadema identifica o imperador principal. Durante a tetrarquia, são indicados por ordem de Diocleciano, dois Augustus e dois césares. Mesmo assim, as prerrogativas do poder estavam por conta do augustus oriental, próprio Diocleciano. No reverso, deusa Fortuna, representando abundância, voltada à esquerda, com uma balança (justiça) e a cornucópia (abundância). No exergo AQP, referente à primeira casa de cunhagem de Aquileia. Na legenda de reverso SACRA MONET AVGG ET CAESS NOSTR. Eixo ou alto reverso de 7 horas, diâmetro de 2,72mm, peso de 6,87 g.

Segundo RIC, trata-se de um *follis* (*Roman Imperial Coinage: V.VI, 1983, 336*). Moeda introduzida durante a reforma econômica de Diocleciano, no ano de 294.



Figura 3: Moeda de ouro, do Imperador Avito, acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan, agosto de setembro de 2006.

Tremissis era uma moeda de ouro, de valor inferior ao *aureus* e *solidus* (cerca de 1/3 do valor). Sua cunhagem foi introduzida durante a usurpação de Magno Máximo no ano de 385. Mesmo após a divisão do Império Ocidental entre os conquistadores germanos, sua circulação continuou até meados do século VII, pelos visigodos na Espanha. A legenda de anverso faz alusão ao imperador Marcus Avitus, de origem galoromana, que governou o império do ocidente de 455 a 456 (CARLAN: 2008, 144-145). Não existem legendas de reverso. Identificamos a união de dois símbolos distintos: a cruz cristã e a coroa de louros greco-romana, homenagem à memória de Júpiter, desde a tetrarquia de Diocleciano. Avito foi assassinado pelo general visigodo Ricimero, que assumiu o controle do império. Diâmetro de 1,40 mm, peso de 2,2 g. Alto reverso ou eixo 12 horas. cunhada no ano de 455, em Milão.

Considerações Finais

O ser humano desenvolve diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto lingüísticas, expressas pela sua consciência. Com isto podemos afirmar que: “...os símbolos políticos são definidos como símbolos que funcionam até um ponto significativo na prática do poder” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: 1987, 1115).

O estudioso da moeda tem-se preocupado mais com o corpo econômico e social que ela servia do que com o metal que a produzia e a informava. Em termos estruturais, este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

Para Florenzano, a moeda é a imagem reduzida de uma idéia, que tem objetivos ideológico e políticos, não apenas comerciais. Por este motivo os grandes depósitos monetários eram feitos em templos, santuários ou locais sagrados, pois a imagem do reverso (coroa) possuía o poder de afastar o mal. E a moeda falsa tinha um poder maligno sendo assim evitada (FLORENZANO: 2002, 59).

As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos arqueológicos e históricos, prestando serviço ao estudo das antigas civilizações (VIEIRA: 1995, 105). Por meio das moedas e medalhas é possível estabelecer não apenas datações precisas, mas escrever a história do poder temporal dos papas, reis, imperadores, de todos aqueles que circundam a orla do poder.

Agradecimentos

Agradecemos a André Leonardo Chevitarese, Sandra Pelegrini, Melisa Salerno, Michael Shanks, Christopher Tilley, Andrés Zarankin. Mencionamos o apoio institucional do CNPq, FAPESP, NEPAM/Unicamp e Departamento de História da Unicamp. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

Documentação Numismática

Moedas de Bronze dos Imperadores Diocleciano e Maxêncio.

Medalheiro de Número 3; Lotes Números: 11 ao 15, dando um total de 320 peças.

Moeda de Ouro do Imperador Avito.

Cofre da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional.

Dicionários e Catálogos

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DICTIONARY OF ROMAN COINS, Republican and Imperial. Seth William Stevenson, C. Roach Smith, Frederic W. Madden. London: B.A. SEABY LTDA, 1964.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VI, VII, VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

THE STACK COLLECTION. Important Ancient British, Anglo-Saxon and English Hammered Coins. London: Sotheby's, 1999.

Referências

CARLAN, Cláudio Umpierre. *As Invasões Germânicas e o Império Romano: Conflitos e Identidades no Baixo Império*. IN: Revista Questões & Debates. N. 48 / 49. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, p.p 137 – 146.

CHEVITARESE, A.L. *Cristianismos. Questões e debates metodológicos*. Rio de Janeiro, Editora Kliné, 2011.

CLAIN - STEFANELLI, Elvira E. *Numismatic Bibliography*, Monaco, Battenberg, 1984.

CONTU, A., WILLMOTT, H. Re-embedding situatedness: the importance of power relations in learning theory, *Organization Science*, 14, 3, 2003, 283-296.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da Linguagem Visual*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. Tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. “O Outro Lado da Moeda” na Grécia Antiga. In: “O Outro Lado da Moeda”. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001.

FUNARI, P.P.A. *Antiguidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003, 2ª.ed.

FUNARI, P.P.A., PELEGRINI, S. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Zahar,

2008.

FUNARI, P.P.A., ZARANKIN, A., SALERNO, M. *Memories from Darkness*. Nova Iorque, Springer, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos didáticos n. 62. Campinas: UNICAMP / IFCH, 2007.

GRIERSON, Philip. *Bibliographie numismatique*, Bruxelles: CEN (Cercle d'études numismatiques, travaux 9). 2a. Edizione, 1979

HEIDEGGER, M. *On Humanism*. 1949.

HOBSBAWM, E., RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

JESSOP, B. Foucault; power; governmentality; state formation; statecraft; evolutionary analysis, *Political Geography*, 26, 1, 2007, 34-40.

OLICK, J.K., VINITZKY-SEROUSSI, V., LEVY, D. *The Collective Memory Reader*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

SHANKS, M., TILLEY, C. *Re-Constructing Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

SILVA, Gilvan Ventura. MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

SILVA, Glaydson José da. Construções e desconstruções da memória Notas acerca dos usos da antiguidade clássica pela história e pela arqueologia fascistas. *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 4, p. 10, 2006.

THOMPSON, R.F.; MADIGAN, S.A. *Memory, the key to consciousness*. Princeton, Princeton University Press, 2005.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. *Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional ?* In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.